

ACTA Nº02/2005

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E DOIS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Abril, do ano de dois mil e cinco, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **edital, de 12 Abril do ano de dois mil e cinco**, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----**01.01** – «*Ourém Solidária*» - recepção ao Presidente da AMI e entrega do donativo de Ourém para com as vítimas do maremoto na Ásia; -----

-----**01.02** – Apreciação e votação da acta nº01/2005, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2005.02.04; -----

-----**01.03** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.04** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.05** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

-----**02.01** – Eleição de um membro da Assembleia Municipal para substituir qualquer um dos membros efectivos eleitos pela Assembleia Municipal para a «*Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém*» – (grelha A); -----

-----**02.02** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao «*Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança da Taxa pela Exploração de Inertes*», nos termos da

alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao «*Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Concelho de Ourém – revisão*», nos termos da alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*repartição dos encargos decorrentes da compra e venda do prédio denominado Seminário Monfortino*», nos termos do n.º1 e n.º6, do art.º22º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.05** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*repartição dos encargos decorrentes da empreitada relativa à ampliação da rede de abastecimento de água e construção de ramais domiciliários na área do concelho*», nos termos do n.º1 e n.º6, do art.º22º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.06** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2004 da AMBIOURÉM – Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e Inserção, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.07** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2004 da VEROURÉM – Empresa Municipal de Comunicação, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.08** – Apreciação e votação do Parecer elaborado pela Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente relativamente ao «*Plano Director de Abastecimento de Água ao Concelho de Ourém*» – (grelha A); -----

-----**02.09** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*desafectação do domínio público para integrar no domínio privado do Município de uma parcela de terreno para restringir o acesso automóvel ao Santuário*» – (grelha A); -----

-----**02.10** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a celebração do «*Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Clube Atlético Ouriense*», nos termos da Lei n.º1/90, de 13 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º432/91, de 06 de Novembro – (grelha A); -----

-----**02.11** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*assunção de encargos para 2006 relativos à aquisição de direito de superfície ao CRIO – Centro de Recuperação Infantil Ouriense*» – (grelha A); -----

-----**02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária relativamente à «*constituição da Empresa Municipal SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova de Iria*», nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e da alínea a), do n.º1 do art.º4º da Lei n.º58/98, de 18 de Agosto, aplicável pela força do n.º1, do art.º3º do Decreto-Lei n.º104/2004, de 7 de Maio – (grelha B); -----

-----**02.13** – Apreciação e votação do «*Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2004*», nos termos da alínea e), do n.º2, do art.º64º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º53º do mesmo diploma legal – (grelha B); -----

-----**02.14** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

- Albino Coelho Pereira; -----
- Albino dos Reis Oliveira;-----
- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----
- Fernando de Oliveira Ferreira; -----
- Filipe de Jesus Janeiro; -----
- Helder António Vieira Alves; -----
- Humberto Lopes da Piedade; -----

- Humberto Luís Ferraz Antunes;-----
- João Pereira Trezentos; -----
- José Custódio Ribeiro Faria; -----
- José da Silva Pereira; -----
- José de Oliveira Fernandes;-----
- José Ferreira Vieira; -----
- José Manuel Pereira Alho; -----
- José Maria Ferraz de Oliveira; -----
- José Maria Henriques de Sousa;-----
- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição;-----
- Luís de Sousa e Silva; -----
- Luís Vieira de Sousa Simões;-----
- Manuel de Oliveira Graça; -----
- Manuel Lourenço Dias; -----
- Manuel Rodrigues Antunes; -----
- Manuel Tavares Lopes;-----
- Manuel Xavier Teixeira Guerra;-----
- Maria Celeste Gonçalves Henriques; -----
- Maria Clara Vieira de Oliveira Neves; -----
- Maria Natália Oliveira Marques dos Santos; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco; -----
- Pedro Miguel Rodrigues Fortunato; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes.-----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

- Amândio Paulo Rodrigues Pereira; -----
- António Marques das Neves;-----

- Carlos Alberto Ferreira Bucete; -----
- Joaquim Augusto de Oliveira Faria; -----

-----Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

- Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
- Jorge Manuel Reis Heleno; -----
- Nuno Filipe Reis Baptista. -----

-----Antes de dar início à sessão da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente informou de que o membro da Assembleia Municipal, senhor JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR suspendeu o seu mandato até final desta legislatura, tendo sido convocado o membro seguinte na lista do Partido Socialista, o qual, até ao momento ainda não se pronunciou. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

- David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

- Armando Ferreira Neto; -----
- João Manuel Moura Rodrigues; -----
- Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceu o Vereador em regime de não permanência, senhor: -----

- Avelino da Conceição Subtil. -----

----- Não compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores:-----

- António Ribeiro Gameiro; -----

- Maria de São José Pereira Gil Ferreira. -----
-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - «OURÉM SOLIDÁRIA» - RECEPÇÃO AO PRESIDENTE DA AMI E ENTREGA DO DONATIVO DE OURÉM PARA COM AS VÍTIMAS DO MAREMOTO NA ÁSIA. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal relembrou a situação trágica ocorrida no sudeste asiático a vinte e seis de Dezembro do ano transacto. -----

Na hora havia marcado um encontro com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia a fim de conjuntamente levarem a efeito uma campanha de solidariedade que revertesse a favor das vítimas do referido acidente. -----

Face a este apelo, foram muitos os que se empenharam, colaborando com o seu donativo, tendo-se amealhado a quantia de trinta e sete mil euros, valor que hoje é entregue à AMI – Assistência Médica Internacional, aqui representada pelo seu Presidente Dr. Fernando Nobre. -

-----Agradecendo o donativo, o Senhor Presidente da AMI informou de que esta verba será aplicada no Sri Lanka, onde estão a ser construídos vários centros de apoio social, os quais terão o nome de ilustres portugueses que há muitos anos por ali passaram. -----

Referiu ainda que numa primeira fase esta associação de ajuda humanitária havia decidido levar a efeito uma missão somente de seis meses, porém, dada a generosidade dos portugueses aquela foi alongada para cinco anos. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos quantos contribuíram para esta causa, nomeadamente às Juntas de Freguesia do concelho, ao Centro de Estudos de Fátima, ao Colégio de São Miguel, à Escola Profissional, ao semanário Notícias de Ourém e à tipografia Oureense. -----

01.02 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO UM BARRA DOIS MIL E CINCO, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Face ao exposto registaram-se as seguintes intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, apresentou as seguintes correcções: na página dezasseis, sexta linha, onde se lê «... demilição ...» deve ler-se «**...demolição ...**»; -----

Na página trinta e seis, décima sexta linha, onde se lê «... Independentes disfarçados de Socialistas ...» deve ler-se «**...Socialistas disfarçados de Independentes ...**»; -----

= **MANUEL XAVIER TEIXEIRA GUERRA**, apresentou a seguinte correcção: na página trinta e nove, terceira linha, onde se lê «... entender ...» deve ler-se «**...interpretar ...**»; -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, apresentou a seguinte correcção: na página trinta, décima oitava linha, onde se lê «... arrastam ...» deve ler-se «**...arrastamento ...**». -----

----- **De seguida, foi a acta submetida a apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções dada a respectiva ausência na sessão. -----**

01.03 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número vinte e sete barra dois mil e cinco, datado de um de Março, do ano em curso, remetendo informação acerca do «Regulamento Tipo da actividade de comércio a retalho quando exercida de forma não sedentária»; -----

- comunicação do membro da Assembleia Municipal, Senhor José de Oliveira Ferraz a agradecer o apoio e solidariedade manifestado por este Órgão aquando do falecimento da sua mãe; -----
- comunicação do reitor do Santuário de Fátima, datada de dois de Março, do ano em curso, agradecendo o gesto deste Órgão aquando do falecimento da Irmã Lúcia; -----
- comunicação da sobrinha da Irmã Lúcia agradecendo o voto de pesar remetido por este Órgão aquando do falecimento da Irmã Lúcia; -----
- comunicação da Casa Episcopal de Leiria agradecendo o voto de pesar remetido por este Órgão aquando do falecimento da Irmã Lúcia; -----
- ofício do Governador Civil de Santarém, datado de dezassete de Março, do ano em curso, dando conhecimento da cessação de funções como Governador Civil; -----
- ofício do Partido Comunista Português – Grupo Parlamentar, datado de cinco de Abril, do ano em curso, dando conhecimento do requerimento dirigido ao Governo sobre «No Distrito de Santarém é muito difícil ter acesso às ecografias pré-natal»; -----
- comunicação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, datada de onze de Janeiro, do ano em curso, remetendo um exemplar do livro «25 anos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros»; -----
- ofício do Governador Civil do Distrito de Santarém, datado de doze de Abril, do ano em curso, agradecendo o voto de felicitações remetido por este Órgão aquando da tomada de posse do Governador Civil; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de quinze de Abril, do ano em curso, remetendo cópia da «Proposta de Lei que estabelece o Regime da Duração do Exercício de Funções de Primeiro-Ministro, dos Presidentes dos Governos Regionais e do Mandato dos Presidentes dos Órgãos Executivos das Autarquias Locais»; -----
- comunicação do membro da Assembleia Municipal, Senhor João Miguel Caldeira Heitor dando conhecimento do seu pedido de suspensão de mandato até ao final da presente legislatura autárquica; -----

- comunicação do Presidente da Junta de Freguesia de Urqueira, Senhor António Marques das Neves informando de que por motivos pessoais não poderá comparecer a esta sessão. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.04 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Em nome da Câmara Municipal e também em nome pessoal, saudamos V.Exas., formulando votos de uma profícua sessão em que imperem a elevação e a prevalência dos interesses da população que nos elegeram. -----

Nos termos da lei, passamos a prestar informação sobre a actividade municipal. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Estamos a lançar os concursos para construção dos jardins de infância de Atouguia e Gondemaria. Os jardins de infância de Fátima, Ourém e Vilar dos Prazeres que consideramos prioritários, estão em fase de projecto pois a procura de terrenos adequados foi um processo difícil e moroso, mas finalmente concluído. -----

Inaugurámos recentemente duas ampliações de edifícios escolares em Caneiro e Fontainhas da Serra. -----

Decorreu com êxito a segunda edição do Fórum Estudante do Centro, envolvendo estabelecimentos de ensino secundário do concelho e muitos estabelecimentos de ensino profissional e superior de todo o país. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Decorre com normalidade a execução do programa cultural do concelho, sendo as recentes actividades que julgamos mais relevantes a representação das cenas da Paixão, durante a Semana Santa, o Festival de Música Inter-escolas e a Cenourém, ainda em curso. -----

A Câmara Municipal apoiou, de forma muito significativa, a realização da prova do Campeonato do Mundo de Enduro realizada no concelho. Ficamos contentes com a imagem que se transmitiu para o exterior, sobretudo ao nível da competência da organização e das condições oferecidas. -----

Prevendo-se a inauguração de importantes equipamentos desportivos a curto prazo (Estádio Municipal de Fátima, Piscina de Caxarias e Pavilhão Desportivo do Caneiro), sem prejuízo do convite formal que em tempo oportuno será dirigido, gostaríamos de insistir para que estejam presentes nesses importantes momentos da vida do concelho. -----

Cumpre-nos informar que, na próxima semana, vai finalmente ser feita a escritura da capela de S. Sebastião, a favor da Câmara Municipal. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

A Câmara vai atribuir, a curto prazo, subsídios ao investimento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, num quadro de grande contenção financeira. -----

4. SAÚDE -----

Com a inauguração do edifício multiusos de Freixianda, também a extensão do Centro de Saúde daquela vila vai mudar para instalações adequadas. -----

Podemos informar que foi decidido um apoio do Ministério da Saúde do montante de 65.700,00 Euros para apoio às obras daquele edifício que prevemos inaugurar em 19 de Junho próximo. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Damos conta a V.Exas. de que está já em elaboração o Plano de Urbanização de Caxarias e foi recentemente adjudicado o de Freixianda. -----

Está entretanto a decorrer a elaboração de diversos planos de pormenor, como é sabido. -----

Estão adjudicadas as obras de remodelação da rede eléctrica da zona histórica, devendo as obras iniciar-se a curto prazo pois estão já consignadas. -----

Em termos de obras de urbanização, seguramente que a estrada principal da Vila de Caxarias, a já célebre EN 356-3, é das piores situações que temos no concelho. -----

Podemos anunciar que conseguimos a celebração de contrato-programa com o anterior governo para co-financiamento das obras e foi entretanto já assinado o contrato com o empreiteiro. As obras iniciar-se-ão num prazo previsível de duas semanas. -----

Informamos ainda que está em fase de conclusão a instalação de semáforos limitadores de velocidade na EN 360, conhecida como estrada de Minde. -----

O elevado nível de sinistralidade levou-nos a ter que tomar estas medidas de emergência. -----

Continuamos com os preparativos para a intervenção urbana em Fátima. Trata-se de preparativos ao nível da criação de estruturas, dentro do quadro legal vigente (criação da SRU, p.ex.) e também da revisão das infra-estruturas básicas, nomeadamente sistemas de saneamento, já em curso, e abastecimento de água, a efectuar no quadro da concessão que pretendemos alterar. -----

Estamos a preparar, com a empresa J.C.Decaux, para Fátima, um plano de sinalização das unidades hoteleiras e museus. -----

Finalmente, ainda dentro deste objectivo, informamos que foi já assinado o contrato para a criação de um GTL (Gabinete Técnico Local) que visa trabalhar na qualificação de Aljustrel e outras aldeias da freguesia de Fátima. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Referimos já que prosseguem as obras de reabilitação do sistema de saneamento de Fátima. --

Após alteração ao contrato de concessão, caso venhamos a obter a necessária autorização de V.Exas., procederemos a reabilitação das redes de abastecimento de água. -----

Iniciámos entretanto uma nova empreitada de saneamento na sede do concelho, na saída para Caxarias. Trata-se de uma obra que necessariamente temos que efectuar antes da reabilitação da Estrada Regional 349 que tem as propostas em fase de análise na empresa Estradas de Portugal. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Após contratação, em 1 de Março passado, de técnico habilitado, a Câmara acaba de criar o Gabinete Técnico Florestal, não só para acompanhamento de todas as acções da Câmara na prevenção de fogos florestais, mas também para aconselhamento e informação dos proprietários florestais. -----

Este técnico tomará a seu cargo o acompanhamento do Serviço Municipal de Protecção Civil. -- Após a aprovação do respectivo financiamento, vai decorrer durante os meses de Maio e Junho uma campanha de sensibilização sobre a prevenção de fogos florestais. -----

Temos continuado com acções de prevenção, nomeadamente ao nível da beneficiação de caminhos florestais. -----

Tendo como pano de fundo a necessidade de cuidar das condições de segurança nos espaços de uso público, estamos a estudar protocolo de colaboração com as paróquias do concelho que visa a elaboração de Planos de Segurança para as igrejas e salões paroquiais que foram construídos antes do quadro legal vigente. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

Relativamente à informação prestada na última sessão deste órgão, nada de muito significativo se alterou, a não ser a aprovação de um financiamento para as obras de beneficiação do Agroal. -----

Tratando-se de um pequeno financiamento, estamos a tentar majorá-lo através de um acordo com a Câmara Municipal de Tomar que pode conduzir à duplicação do financiamento (passaria de 10% para 20%). -----

Foi já lançado o Roteiro Turístico de Ourém. Entregamos, nesta sessão, um exemplar a V. Exas. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Demos já conta de que, finalmente, se vai iniciar a beneficiação da EN 356-3, em Caxarias, após termos assinado com as Estradas de Portugal o protocolo de transferência daquela via para a autarquia. -----

Continua a decorrer o nosso plano de trabalhos de reabilitação da rede viária com os asfaltamentos nas freguesias e também com a beneficiação das estradas municipais. -----

As Estradas de Portugal têm já em análise as propostas para beneficiação da Estrada Regional 349, entre Ourém e a Memória. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Deverá ficar concluída, no espaço de um mês, a intervenção nos espaços envolventes da Zona Industrial de Casal dos Frades, com a beneficiação do espaço florestal e a criação do parque de merendas e circuito de manutenção. O mesmo se passa com a Mata Municipal. -----

Está em apreciação nos serviços da Câmara o estudo prévio do parque de sucatas a instalar no concelho. -----

No próximo dia 20 de Junho será inaugurado o Parque Linear de Ourém. -----

Trata-se do maior investimento até hoje efectuado em Ourém, corrigindo uma situação ambientalmente inaceitável na margem da ribeira de Seiça. -----

Desde já deixamos o convite para o acto de inauguração que será associado às Festas da Cidade e para o qual convidámos o Sr. Primeiro Ministro. -----

11. JUNTAS DE FREGUESIA -----

Continuamos a apostar na delegação de competências nas Juntas de Freguesia, conforme se pode observar nas GOP para o corrente ano. -----

Estamos a trabalhar para o cumprimento dos instrumentos previsionais aprovados, dentro da medida das possibilidades. -----

12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Relativamente à última informação, cumpre-nos acrescentar que foram já abertas as propostas no âmbito do concurso para a construção do novo edifício dos Paços do Concelho. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Relativamente aos objectivos do planeamento municipal, é esta a informação que achamos relevante. -----

Acrescentamos que, em resultado da preocupação que temos pelo facto de, no concelho, não haver cadastro da propriedade rústica, tivemos reunião com o Sr. Director Distrital de Finanças, no passado dia 7 de Abril. -----

Havendo rumores de que a propriedade urbana está a ser objecto de avaliações que conduzem a importâncias de IMI exageradamente elevadas, tencionamos marcar nova reunião para abordar esta matéria, caso se venham a confirmar estes rumores. -----

No passado dia 5 de Abril, assistimos à cerimónia de posse do Sr. Governador Civil do Distrito de Santarém, destacando-se a honra que é para o concelho de Ourém que, de novo, seja um cidadão do concelho a assumir aquelas funções. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

- situação económica e financeira da autarquia em 31 de Março de 2005; -----

- relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, pretendeu saber para quando estava prevista a inauguração do Estádio de Fátima, tendo sido apontado o mês de Agosto como a data mais provável para o efeito. -----

= **MARIA NATÁLIA OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS**, pretendeu esclarecimentos relativamente ao complexo escolar previsto para Seiça, tendo-lhe sido respondido de que o número diminuto de crianças por escola leva a que se diligencie no sentido de concentrá-los em dois núcleos escolares, um em Seiça e outro em Coroados. -----

= **JOSÉ MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA**, pretendeu saber se as redes eléctrica e telefónica a remodelarem na zona histórica passarão a ser subterrâneas, tendo-lhe sido respondido afirmativamente. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.05 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NELSON CARLOS LINO LOPES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Voto de congratulação: “Em consequência dos resultados das eleições legislativas de Fevereiro passado, o Governo do Partido Socialista nomeou recentemente dezoito novos Governadores Cívicos. -----

Depois de outro ouriense, o Prof. Mário Albuquerque – que com dedicação, seriedade e sentido de responsabilidade ocupou o lugar nos últimos três anos – registamos com especial apreço que, pela segunda vez consecutiva, o representante do Governo no distrito de Santarém volta a ser do concelho de Ourém. -----

Este facto, sem tirar os indiscutíveis méritos pessoais dos envolvidos, é revelador da posição privilegiada que tem o concelho de Ourém no distrito de Santarém, fruto do desenvolvimento económico e social que tem sido seguido nos últimos anos. -----

Pondo de lado as diferenças partidárias e com o espírito democrático que sempre caracterizou o PSD, entende o Grupo Municipal Social Democrata propor um voto de congratulação ao senhor Paulo Fonseca pela sua nomeação para Governador Civil do distrito de Santarém.” -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu este voto de congratulação a votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor José Manuel Pereira Alho apresentou a sua declaração de voto, sublinhando que o mérito referido se deve somente às pessoas em questão. -----

= **PEDRO MIGUEL RODRIGUES FORTUNATO**, apresentou o seguinte documento: -----

Voto de louvor: “Realizou-se nos passados dias 9 e 10 de Abril o Grande Prémio de Portugal de Enduro em Ourém. O Natureza Motor Club trouxe ao nosso concelho gente dos mais diversos locais do mundo. De relevo é o facto de a organização do evento ter estado à altura das expectativas: na imprensa da especialidade, um pouco pelo mundo inteiro o Natureza Motor Club é referido nos termos mais elogiosos. -----

O próprio promotor do Campeonato do Mundo não se coibiu de tecer rasgados elogios à organização: «Eles foram incansáveis, soberbos na realização da prova e estiveram muito acima daquilo que estou habituado» ... «simplesmente irrepreensíveis» ... «tivemos uma excelente organização, bom parque fechado, milhares de espectadores e dois dias de provas estrondosas». -----

Na revista da especialidade de maior divulgação nacional a notícia do evento iniciava-se da seguinte forma: «Realizados ao redor de Fátima e Ourém, os exigentes 60 km delineados pelo Natureza Motor Club – assombroso na capacidade organizativa e bem acima da média do campeonato ...» -----

Não serão necessárias mais palavras para considerarmos o evento em apreço como digno de um Voto de Louvor por esta Assembleia Municipal, congratulando-nos pela aposta que a Câmara Municipal fez, assumindo-se logo à partida como parceira do evento que hoje verificamos ter sido um bom investimento para a imagem do nosso concelho. -----

«A grandiosidade de um clube é o espelho da humanidade e devoção das pessoas que nele trabalham e dele fazem parte.» -----

Eng.º Pedro Mariano, Presidente da Comissão de Enduro da Federação Nacional de Motociclismo.” -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu este voto de louvor a votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

Intervenção de política geral: “Ex.mos Senhores -----

Começo por me associar, em nome da bancada do PS a todos aqueles que sentiram como perda a morte do Papa João Paulo II. Independentemente das crenças de cada um, importa destacar o seu contributo para o diálogo inter-religiosos, para o desanuviamento e a paz internacional e para o modo como a Igreja se posicionou no mundo em favor dos mais desfavorecidos. Creio aliás que o voto de todos será que o novo Papa Bento XVI prossiga este caminho. Mas para lá das avaliações mais gerais do pontificado de João Paulo II não podemos deixar de reconhecer o importante papel que desempenhou na ligação a Fátima e ao culto Mariano ficando para sempre ligado à beatificação dos pastorinhos. É também por ser o Papa de Fátima que merece hoje aqui a nossa homenagem. -----

Em vésperas da comemoração de mais um aniversário do 25 de Abril é oportuno salientar e festejar uma data que nos permitiu a todos iniciar uma nova página da nossa história colectiva. Trinta e um anos depois do 25 de Abril, Portugal é já outro país. Com a Democracia que queremos viver e aprofundar poderemos continuar o caminho de desenvolvimento e resolver muitos dos problemas com que ainda nos debatemos. -----

Esta reunião é a primeira a ter lugar depois das eleições legislativas e da vitória expressiva de José Sócrates e do PS. É uma vitória que dá razão a muitas das análises que aqui fizemos sobre a actuação do governo PSD/PP e que traz simultaneamente muitas responsabilidades à actual maioria do PS e particularmente ao governo de José Sócrates. Apesar das dificuldades, creio que estamos no caminho certo. Os primeiros passos têm sido seguros, tranquilos, firmes. A serenidade na constituição do governo, a elaboração do programa de governo e as primeiras medidas anunciadas auguram tempos novos. -----

Com estas eleições legislativas, Ourém elegeu três deputados, aumentando a sua representação no Parlamento: Mário Albuquerque, pelo PSD, Paulo Fonseca e António Gameiro, pelo PS. Dos três eleitos se espera o melhor empenhamento, sabendo que podemos contar com eles sempre que estiver em causa o interesse do concelho. A tomada de posse de Paulo Fonseca do cargo de Governador Civil, substituindo outro ourense ilustre, é também motivo de orgulho e uma ocasião para dar ao concelho mais visibilidade. -----

Por falar em visibilidade, destaco com renovado aplauso o trabalho de muitas das nossas Associações. Começo pelo «Natureza Motor Club» que organizou uma prova do Campeonato Mundial de Enduro, trazendo à nossa terra um colorido, um movimento e muita juventude, num percurso feliz que ligava Fátima e Ourém. O trabalho impecável de organização desta colectividade da Freixianda projectou o nome de Ourém e merece ser reconhecido nesta Assembleia onde tem assento o seu maior dinamizador. -----

Também a FESTAMBO – iniciativa da Academia de Música Banda de Ourém que está na sua 2ª edição – merece destaque, pela capacidade de iniciativa autónoma de pôr de pé um Festival de Música e Dança que permite a actuação de tantos grupos e estilos musicais. -----

Destaco ainda a Juventude Oureense, que tem vindo a afirmar-se em modalidades menos reconhecidas, mas que é já uma referência do nosso desporto. Para além das campeãs distritais na patinagem artística, o destaque vai para os Campeões Regionais de Juniores em Hóquei em patins, título alcançado já esta época. -----

Num registo que liga ainda visibilidade e actividade cultural, devo destacar também o Festival Inter-Escolas e a Cenourém que são iniciativas da Câmara com sucesso e com continuidade. –

Deixo algumas questões finais para não me alongar: -----

- Como estamos no que respeita à prevenção dos fogos? Já estão a ser discutidas medidas de prevenção e coordenação que preparem a época de Verão? -----

- Que se poderá dizer das descargas da Etar de Fátima que poluem a ribeira de Alvega e as águas subterrâneas? -----

- O reconhecimento das constantes rupturas nas condutas de água e os transtornos provocados, quer no abastecimento, quer na reparação do piso das ruas, estão a ser devidamente equacionados? -----

- Tenciona a Câmara manter, por muito mais tempo, os Táxis onde actualmente se encontram na cidade de Ourém, mesmo em frente da casa e salão paroquial? -----

- Em que ponto se encontra a elaboração do Plano de Urbanização de Ourém e qual a empresa responsável? -----

- Foi notícia recente que a Câmara se preparava para pedir a suspensão de eficácia do PDM a fim de tornar possível a construção do Intermarché. A repercussão nacional do caso que se arrasta sem honra nem glória deveria merecer, em nosso entender, uma forma de abordagem mais séria. Lamentamos o imbróglcio criado que ameaça tornar-se no elefante branco que tanto desclassifica a entrada da cidade. Será que é assim que a Câmara pretende desbloquear o problema e encontrar uma saída?" -----

= **MANUEL XAVIER TEIXEIRA GUERRA**, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: "Pensei correr o risco de não ver a minha intervenção contemplada em acta por não trazer papel escrito. À última hora, decidi não correr este risco. Cada um é como é e eu não fujo à regra. Não me sinto bem no papel de papagaio ou de assistente leitor de qualquer cátedra. Prefiro e sou adepto do debate político repentino e de resposta pronta, mas reconheço que, para quem tem de proceder à burocracia da acta, não é nada fácil apanhar tudo aquilo que é importante numa intervenção espontânea. -----

Foi por esta e por outras razões que no início deste mandato sugeri à Mesa da Assembleia um choque tecnológico. Sugeri na altura à Senhora Presidente que pedisse, rogasse ou exigisse ao Executivo que dotasse esta Assembleia, a exemplo de muitas neste país, de um sistema de gravação das sessões. Houve porém um curto circuito e o choque não foi avante. -----

Apresento novamente, aqui e agora, não a sugestão, mas a proposta à Assembleia para que a sua Presidente insista e renove o pedido de dotação de meios para a Assembleia mais actualizados e eficazes. Penso que todos ganharemos com isso. Lembro até que existem candidaturas à modernização administrativa com cofinanciamento a 50% o que até nem é mau e que se aproveita para melhorar significativamente as condições de trabalho para todos. Estamos a 2 sessões do final do mandato, e gostaria que aqueles que nos vão suceder, e outros que aqui vão continuar, tenham melhores condições e mais actualizadas. -----

Este foi um breve intróito à minha intervenção. -----

A intervenção que pretendo fazer não vincula ninguém, é da minha inteira responsabilidade pessoal e política. -----

Dito isto, vamos ao assunto. -----

Quero pessoalmente felicitar o PS, apresentando os meus parabéns aos seus representantes nesta Assembleia, pela vitória histórica obtida nas eleições legislativas de Fevereiro. -----
 Foi de facto uma estrondosa vitória que permitiu pela primeira vez uma maioria absoluta ao PS. Tem agora o PS base de apoio e legitimidade para tomar medidas urgentes e necessárias há tanto reclamadas por toda a gente, tendentes a salvar o país, livrá-lo dos terremotos, do caos anunciado. -----
 Não foi isto o que tanta gente disse? -----
 Não foi isto o coro que ouvimos meses a fio, todos os dias e todo o dia? -----
 Não foi isto em todos os jornais, televisões, declarações públicas? -----
 Não foi este quadro de desgraça nacional que juntou patrões e sindicatos, interesses económico-financeiros e desfavorecidos, artistas e artesãos, ricos e pobres, cidadãos urbanos e provincianos, jornalistas e comentadores. Uma afinação bem orquestrada pela batuta do mais alto dignatário da Nação, que se esqueceu de respeitar a própria declaração do juramento de honra de que seria presidente de todos os portugueses para se colocar ostensivamente de um só lado, fazendo lembrar aqueles árbitros de futebol caseiros que manipulam o jogo, mas que na história ficará apenas o resultado. -----
 É claro que não vou deixar de lado aqueles vendilhões que se lhes aliaram e também os baronetes apeados. A rigor da verdade manda que não esqueçamos ninguém, por isso também uma palavra para os artilheiros que em vez de disparar para a frente, apontaram para o próprio pé, dispararam e feriram-se e pelos vistos doeu. -----
 Tudo bem, glória aos vencedores, honra aos vencidos. Salve-se a Pátria. Parabéns ao Partido Socialista. -----
 Porém, quando tudo amainou, tudo parecia resolvido, tudo nos eixos do politicamente correcto, começo eu e outros portugueses a interrogar-se. O que é feito da comunicação social, arauto da desgraça pública, da crise, da fome, do desemprego e falências? Já não há nada disso, ou os senhores jornalistas e comentadores foram para férias grandes e bem merecidas, ou assustaram-se com a ameaça velada ou com o puxão de orelhas do ex-comissário europeu? --

E para não alongar o discurso e interpelar um a um, pergunto apenas, o que é feito do Sr. Primeiro Ministro? -----

Foi para algum convento carmelita; perdeu a voz quando aí parou o fogacho da pílula e do medicamento na tomada de posse? -----

Fica-se pelos fogachos que nada resolvem e vai adiando tudo até às eleições autárquicas. Depois até às presidenciais? E não levantou já, acompanhado pelo coro esquerdo a panaceia dos referendos. E vai adiando até ao aborto, perdão, à interrupção voluntária da gravidez, depois até ao referendo da constituição europeia e por não seguir o exemplo de Espanha propondo mais um referendo sobre a legalização do casamento de homossexuais, adiando sempre a bem da Nação. -----

E que raio, depois já estamos perto das eleições para deputados europeus e logo, logo a seguir novamente as legislativas. Sempre a adiar enquanto os parceiros e as parceiras vão de férias prolongadas para o «velho oásis», estender-se ao sol, chupando pela palhinha um refrescante sumo. O povo espera. Cuidado que o refresco não vai durar muito é que desta vez não deram tempo à laranja para deitar sumo. -----

E eis-me novamente a endereçar parabéns ao Partido Socialista. Desta vez mais particularizado. Quero felicitar o Dr. José Alho, ilustre companheiro desta Assembleia, pelo seu anúncio público de que irá ser o candidato à disputa eleitoral para a autarquia de Ourém. Quero em meu nome pessoal desejar ao Dr. José Alho que contribua para uma campanha civilizada, respeitadora, digna, como penso que deve ser o combate político de forma a prestigiar os políticos e a classe política. -----

Claro que lhe desejo felicidades e obviamente lhe desejo e ao seu Partido uma estrondosa derrota nas eleições, como espero. -----

Que seja, contudo, um lutador vertical, que pautе as suas intervenções com ética, verdade e coerência. -----

Mas também aqui quero referir a perplexidade com que fiquei ao ler aquela que foi creio, que a primeira entrevista dada pelo candidato. -----

Todos sabemos da luta política e de empenho pessoal do Dr. José Alho na questão versada nessa entrevista e para fugir à publicidade refiro apenas que foi a questão – a ocupação do leito de cheia para aí construir um complexo comercial o que foi dito e escrito sobre as possíveis desgraças e calamidades que podiam culminar num enormíssimo maremoto ou tsunami como agora se usa, que arrastaria tudo até ao mar se se repetisse o ciclo de cheias desse imenso espelho de água que é a ribeira de Seiça. -----

Mas não, afinal tudo não passa, segundo a sua entrevista, duma mera questão de localização. A questão afinal será tão somente e desculpem a ligeireza, de colocar a porta mais à esquerda ou à direita ou então recolocar o edifício mais num eixo norte/sul ou este/oeste. Manter-se-ia contudo o mesmo local se o agora candidato fosse eleito para o cargo e que tudo não passaria dum equívoco dum grandessíssimo pomo de discórdia. -----

Boa sorte, Dr. José Alho. Aproveito para abrir um parêntesis utilizando um aforismo popular, mesclado de cunho pessoal e de ingenuidade política. -----

Se puder e for capaz evite meter-se nestas alhadas.” -----

----- Relativamente a esta intervenção, solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO referiu que no decorrer das sessões não deve ser focada qualquer questão alusiva à campanha eleitoral. -----

= **MARIA CLARA VIEIRA DE OLIVEIRA NEVES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores presentes -----

Senhores Deputados Municipais -----

Ex.mo Público -----

Como é certamente do conhecimento de todos os presentes, realizou-se em Ourém, nos dias 17, 18 e 19 de Março de 2005, o segundo Fórum Estudante do Centro. Esta actividade tem uma grande importância para o futuro dos jovens, que assim podem conhecer melhor as

opções que se lhes apresentam, quer no ensino superior, quer no ensino profissional após o final da escolaridade obrigatória. -----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, tendo conhecimento do grande impacto deste evento, deseja apresentar público louvor a todas as escolas que estiveram envolvidas na organização (Centro de Estudos de Fátima, Escola Profissional de Ourém, Escola Secundária de Ourém e Colégio de S. Miguel), e à Divisão de Educação, Desporto e Cultura da Câmara Municipal, pelo empenho, dedicação e entusiasmo colocados na preparação e realização desta iniciativa.” -----

= **HELDER ANTÓNIO VIEIRA ALVES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores presentes -----

Senhores Deputados Municipais -----

Desejo, em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentar nesta Assembleia o nosso grande reconhecimento à Câmara Municipal de Ourém, nomeadamente à Divisão de Educação, Desporto e Cultura, pela realização de mais uma edição do Festival de Música Inter-Escolas. Este agradecimento, que é extensivo a todas as Instituições, alunos e professores participantes, justifica-se ainda mais pelo facto de o último Festival ter contado com uma grande renovação no seu figurino, através da participação de diversos grupos culturais do concelho, que ajudaram a abrilhantar dois espectáculos de elevada qualidade. É ainda digno de registo o aumento da internacionalização do Festival, através da participação de convidados de três países estrangeiros. -----

Por tudo o que foi dito e por tudo o que foi visto nos dois espectáculos realizados, um em Ourém e outro em Fátima, reiteramos o nosso agradecimento a todos os que se empenharam para mais um sucesso cultural.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

02.01 – ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA SUBSTITUIR QUALQUER UM DOS MEMBROS EFECTIVOS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A «COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE OURÉM» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetido pelo Senhor Presidente da «*Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém*», Dr. Vitor Manuel de Jesus Frazão, o ofício número cento e dez barra zero cinco, datado de quatro de Março, do ano em curso, solicitando a este Órgão deliberativo, diligências no sentido de indicar um elemento suplente que substituirá os elementos efectivos nas suas ausências aquando das reuniões da Comissão Alargada. -----

----- Face ao exposto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, relativamente à apresentação de propostas, tendo-se verificado o seguinte: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a Lista A, da qual faz parte o membro da Assembleia Municipal, senhor Albino Coelho Pereira. -----

----- Não se registando mais nenhuma proposta de Lista, procedeu-se de imediato à votação da mesma, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – trinta e um; -----

----- Lista A – vinte e seis votos; -----

----- Brancos – quatro votos; -----

----- Nulos – um voto. -----

----- **Face ao exposto, foi eleito, por maioria, o membro da Assembleia Municipal senhor Albino Coelho Pereira.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO «REGULAMENTO MUNICIPAL DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DA TAXA PELA

EXPLORAÇÃO DE INERTES», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dois mil quinhentos e quinze, datado de dezassete de Fevereiro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a catorze de Fevereiro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, a apreciação e votação da proposta do Regulamento citado em epígrafe – **ANEXO I**, tendo sido remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos elementos constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEICÇÃO**, pretendeu saber sobre a existência de alguma taxa que se pudesse aplicar aquando da danificação da via pública pelos camiões, tendo-lhe sido respondido de forma negativa. -----

= **MARIA CLARA VIEIRA DE OLIVEIRA NEVES**, questionou se haveria alguma legislação sobre a localização das barreiras, tendo-lhe sido dito que esta é uma matéria do âmbito do licenciamento da unidade industrial. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO «REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO CONCELHO DE OURÉM – REVISÃO», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número três mil novecentos e noventa e oito, datado de vinte e um de Março, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a catorze de Março, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, a apreciação e votação da proposta de alteração do Artigo quadragésimo nono e das Observações que constam no final do Capítulo XII referente a Mercados e Feiras, do Regulamento citado em epígrafe – **ANEXO II**, tendo sido remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos elementos constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JOSÉ MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA**, relativamente ao ponto dois ponto cinco do Regulamento em apreço, constatando que o valor a aplicar neste ponto é mais alto, sugeriu que a taxa a pagar pelas pessoas da aldeia deveria ser mais baixa, pois de certa forma elas representam o resquício do comércio tradicional. -----

----- face ao exposto, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que a taxa a aplicar no referido ponto não é a mais elevada uma vez que se vai quebrar valores metro linear e não por metro quadrado como se pode verificar noutros itens. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DA COMPRA E VENDA DO PRÉDIO DENOMINADO SEMINÁRIO MONFORTINO», NOS TERMOS DO N.º1 E N.º6, DO ART.º22º, DO DECRETO-LEI N.º197/99, DE 8 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quatro mil quatrocentos e vinte e sete, datado de trinta de Março, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária

tomada em reunião realizada a vinte e um de Março, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, a respectiva autorização para proceder à repartição de encargos pelos anos económicos de dois mil e cinco a dois mil e catorze os encargos decorrentes da compra indicada em epígrafe, no total de dois milhões e quinhentos mil Euros (2.500.000,00 Euros): -----

- Ano de dois mil e cinco – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e seis – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e sete – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e oito – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e nove – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e dez – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e onze – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e doze – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e treze – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e catorze – duzentos e cinquenta mil Euros (250.000,00 Euros). -----

----- **Aberto o período de intervenção e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DA EMPREITADA RELATIVA À AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E CONSTRUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS NA ÁREA DO CONCELHO», NOS TERMOS DO N.º1 E N.º6, DO ART.º22º, DO DECRETO-LEI N.º197/99, DE 8 DE JUNHO –(GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quatro mil quatrocentos e vinte e seis, datado de trinta de Março, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e um de Março, do ano em curso, solicitando, a este órgão

deliberativo, nos termos acima citados, a respectiva autorização para proceder à repartição de encargos pelos anos económicos de dois mil e cinco a dois mil e sete os encargos decorrentes da empreitada indicada em epígrafe, no total de cento e onze mil e cem Euros (111.100,00 Euros): -----

- Ano de dois mil e cinco – noventa e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco Euros (94.435,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e seis – onze mil cento e dez Euros (11.110,00 Euros); -----
- Ano de dois mil e sete – cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco Euros (5.555,00 Euros). --

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2004 DA AMBIOURÉM – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E INSERÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quatro mil quatrocentos e trinta e sete, datado de trinta de Março, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e oito de Março, do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – **(ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal).** –

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2004 DA VEROURÉM – EMPRESA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quatro mil oitocentos e um, datado de quatro de Abril, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e oito de Março, do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PARECER ELABORADO PELA COMISSÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE RELATIVAMENTE AO «PLANO DIRECTOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE OURÉM» – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil e noventa e quatro, datado de treze de Outubro do ano de dois mil e três, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de seis de Outubro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação do «Plano Director de Abastecimento de água ao Concelho de Ourém» – **(vide processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal)**. -----

----- Na citada sessão, o Senhor Presidente da Câmara propôs que esta matéria fosse previamente analisada pela Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente deste órgão deliberativo, tendo a proposta sido acolhida por unanimidade. -----

----- Assim, contactou-se a citada Comissão a fim de proceder à análise da matéria, vindo esta apresentar o seguinte parecer: -----

Parecer: “A Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, (C.P.O.T.A.), analisou o projecto do Plano Director de abastecimento de Água ao Concelho de Ourém que lhe foi submetido, tendo decidido apresentar o seguinte parecer: -----

1 – A Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente reconhece a complexidade técnica do projecto, tendo avaliado sobretudo a importância para o Concelho da implementação de um novo sistema de abastecimento de água que vise sobretudo a prestação de um serviço de qualidade e eficácia no abastecimento à população; -----

2 – A C.P.O.T.A. teve em linha de conta: a importância que hoje já é reconhecida à gestão dos recursos hídricos de forma a minimizar desperdícios provocados por sistemas obsoletos e desajustados; os deficientes e insuficientes ritmos no normal abastecimento de um produto que deverá tender para a qualidade e ainda as preocupações autárquicas para a gestão técnica e financeira de uma obra de tão grande alcance. -----

3 – A Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, recomenda que sejam salvaguardados os legítimos interesses dos consumidores públicos e privados, da indústria hoteleira e indústria em geral, quanto a acréscimos acentuados nos custos pelo abastecimento de água no Concelho. No que toca à indústria hoteleira em particular, a

Comissão recomenda prudência no estabelecimento dos preços de consumo, pois o factor custo de exploração é de relevância estratégica na manutenção do fluxo turístico/religioso de Fátima, uma vez que a grande fatia da procura deste destino é constituída por peregrinos cujo poder de compra é limitado. -----

Conclusão: -----

A Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente concorda com o Plano Director de Abastecimento de Água apresentado pela Câmara Municipal de Ourém, dando-lhe parecer favorável, acentuando a necessidade e a premência da sua implementação num prazo razoável.” -----

----- **De seguida, não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Parecer elaborado pela Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente a votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAR NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA RESTRINGIR O ACESSO AUTOMÓVEL AO SANTUÁRIO» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quatro mil oitocentos e oitenta e oito, datado de sete de Abril, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a quatro de Abril, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, autorização para desafectar do domínio público e integrar no domínio privado do município, de forma a poder restringir o acesso automóvel ao Santuário, através da instalação de uma barreira, uma parcela de terreno com a área de duzentos e trinta

e quatro metros quadrados, sita em Cova da Iria, da freguesia de Fátima – **ANEXO III**, tendo sido remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos elementos constituintes do plenário. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DO «CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE ATLÉTICO OURIENSE», NOS TERMOS DA LEI N.º1/90, DE 13 DE JANEIRO, E DO DECRETO-LEI N.º432/91, DE 06 DE NOVEMBRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil duzentos e setenta e oito, datado de doze de Abril, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a onze de Abril, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, autorização para celebrar o citado Contrato Programa conforme proposta constante do **ANEXO IV**. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos, e não se registando qualquer intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do PS aprova esta proposta,

mas tal como referimos aquando da aprovação de idêntico Contrato-Programa com o Clube Desportivo Vilarense, gostaríamos de ver esta proposta enquadrada num plano de desenvolvimento desportivo. Mais uma vez, trata-se de uma proposta avulsa que não responde às necessidades de médio e de longo prazo. Desde logo porque o campo do Atlético está em terreno que é da Fundação Agostinho Albano de Almeida. Depois, porque não se assume claramente que o Complexo Desportivo de Ourém vai ficar adiado por muitos anos, depois ainda, porque há investimentos que se têm indicado para aquela zona e que também parecem ficar adiados. -----

Ou seja, as instalações desportivas estão a ser realizadas mas sem obedecer a um plano coerente. Não creio que estejamos em condições de fazer investimentos de que não se possa tirar a máxima rendibilidade. -----

De qualquer modo, parece-nos que neste momento, não podemos travar a iniciativa de um Clube com os pergaminhos e o trabalho do Atlético Oureense e a possibilidade de criar melhores condições para tantos jovens que praticam o futebol.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PARA 2006 RELATIVOS À AQUISIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE AO CRIO – CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL OURIENSE» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil duzentos e catorze, datado de doze de Abril, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a quatro de Abril, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a assunção de encargos para o ano de dois mil e seis relativamente à aquisição pela Câmara Municipal do direito de superfície sobre o terreno propriedade da

Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, na Caridade, desde que obtido acordo desta entidade e pelo valor de cem mil Euros. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JOSÉ MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA**, apresentou o seguinte documento: “O Centro de Recuperação Infantil de Ourém (CRIO) é uma Instituição que se dedica a recuperar crianças e jovens com problemas psicomotores, afectivos, emocionais, etc. -----

Tem, por isso, um fim nobre que vai sendo concretizado, graças ao trabalho abnegado do pessoal que ali presta serviço. -----

Desde há bastante tempo que trabalhadores e direcção lutam por criar melhores condições, nomeadamente a construção de novas instalações, onde possa ser desenvolvido um trabalho mais profícuo e os utentes deixem de estar metidos em quatro paredes e tenham mais espaço para se expandirem. -----

O problema, ao que se sabe, depois de 2003, tem sido a questão do terreno adequado para as instalações, o qual a Câmara se comprometeu a disponibilizar. -----

Lamenta-se, por isso, que esta situação se arraste há tanto tempo, sem solução à vista, embora se saiba, também, que a culpa não é só da Câmara. -----

Quanto ao Lar Residencial, trata-se de uma infra-estrutura de extrema necessidade, que irá dar resposta a alguns utentes do CRIO, hoje adultos a caminho dos 40 anos, e cujos familiares, já bastante idosos, daqui a pouco tempo deixarão de os poder apoiar, colocando-os numa situação de risco. É salutar que o CRIO se preocupe, também, com esta situação. -----

Por outro lado, o CRIO, como compensação pela ajuda monetária pretendida, disponibiliza-se a facilitar à Câmara o direito de superfície da parcela de terreno que a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida cedeu àquela Instituição, em 9 de Junho de 1981, com o único fim de aí construir as suas instalações. -----

Como é sabido, e foi objecto de análise e deliberação nesta Assembleia, a Câmara Municipal e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida negociaram e acordaram um protocolo, comprometendo-se esta Instituição a ceder ao Município de Ourém os terrenos que possui na

Caridade, os quais incluem o campo de futebol e a parcela de terreno, cujo direito de superfície foi cedido ao CRIO. -----

O protocolo, acordado em Janeiro de 2003, ainda não foi assinado, até este momento, por não se ter disponibilizado o direito de superfície da citada parcela de terreno. -----

A não formalização deste protocolo tem trazido grandes inconvenientes para a Fundação, não tendo podido, esta, concretizar alguns dos seus projectos, nomeadamente levar a efeito obras de conservação e reparação no edifício do antigo hospital, que foi residência do Dr. Agostinho Albano de Almeida. -----

Assim, uma vez que a solução para a parcela de terreno do CRIO parece ter sido encontrada, pergunto: estão ou não reunidas as condições para, a partir de agora, ser assinado o dito protocolo, celebrado entre a Câmara Municipal e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida?” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVAMENTE À «CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DA COVA DE IRIA», NOS TERMOS DA ALÍNEA L), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO E DA ALÍNEA A), DO N.º1 DO ART.º4º DA LEI N.º58/98, DE 18 DE AGOSTO, APLICÁVEL PELA FORÇA DO N.º1, DO ART.º3º DO DECRETO-LEI N.º104/2004, DE 7 DE MAIO – (GRELHA B). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil duzentos e oitenta e quatro, datado de doze de Abril, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a onze de Abril, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à constituição da

empresa municipal «SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M.», bem como aprovar os respectivos Estatutos, constantes do **ANEXO V**. -----

----- Foi ainda solicitado pelo Órgão Executivo, nos termos do artigo oitavo, da Lei número cinquenta e oito barra noventa e oito, de dezoito de Agosto, autorização a fim de que a participação da Câmara Municipal seja feita em duzentos mil euros (200.000,00 euros) em dinheiro, a subscrever no acto da constituição da sociedade e oitocentos mil euros (800.000,00 euros), a subscrever no prazo de dois anos. -----

----- Aquando da discussão desta matéria na reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta: “O Santuário de Fátima encontra-se a promover a construção da Igreja da Santíssima Trindade, comumente designada por nova Basílica de Fátima. A implantação deste equipamento religioso, cuja construção já se encontra em curso, vem agravar as, já de si deficientes, condições urbanísticas da área em causa, quer em matéria de infra-estruturas rodoviárias e de estacionamento automóvel, quer no que respeita aos equipamentos sociais de apoio necessários para dar cumprimento aos novos desideratos que a área pretende servir, quer ainda no que se refere à necessidade de se promoverem novos espaços verdes e áreas livres que permitam a circulação, o descanso e o lazer das pessoas que frequentarão o novo equipamento em construção. -----

São por demais conhecidas as deficiências de que a Cidade de Fátima e este espaço, em particular, padecem. O crescimento rápido, feito de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado, determinou a imagem algo desqualificada urbanisticamente que está hoje ligada a Fátima e a esta zona em particular. -----

A imagem urbana actual e as necessidades acrescidas determinadas pela construção da nova Basílica de Fátima constituíram o fundamento para a elaboração do Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII, conforme deliberação desta Câmara Municipal, de 15 de Outubro de 2002. Este instrumento de planeamento territorial, que se encontra ainda na fase inicial da sua elaboração, tem como área de intervenção a da presente área crítica de recuperação e reconversão urbanística. -----

Assim, tendo em vista possibilitar a célere intervenção desta Autarquia na reabilitação e renovação urbana da área em causa, a Câmara Municipal de Ourém solicitou ao Governo que a mesma fosse declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 05 de Novembro. -----

Considerando que esta Câmara Municipal solicitou, através do ofício n.º2037, de 11 de Fevereiro de 2005, o agendamento em Conselho de Ministros da constituição da «Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística da Cova da Iria»; -----

Considerando que, com a publicação do Decreto-Lei n.º104/2004, de 07 de Maio, foi criado um regime jurídico excepcional de reabilitação das áreas urbanas, em particular das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e das zonas urbanas históricas; -----

Considerando que com este diploma o legislador concedeu aos municípios a possibilidade de constituírem sociedades de reabilitação urbana, às quais são atribuídos poderes de autoridade e de polícia administrativa como os de expropriação e de licenciamento; -----

Considerando que a referida zona de intervenção é uma zona de contrastes e dicotomias, que abrange três instrumentos de gestão urbanísticos em fases deferentes, revelando assim situações que provocaram rupturas no tecido edificado e que não foram objecto de reequilíbrio em processos de planeamento urbano; -----

Considerando que a degradação das condições de habitabilidade, salubridade, estética e segurança a que chegaram diversas zonas da Cidade de Fátima e levam a que o presente executivo camarário tenha como objectivo prioritário a reabilitação urbana daquela área crítica de recuperação e reconversão urbanística; -----

Considerando que o executivo camarário se depara com uma missão urgente e de grande dimensão relativa ao enquadramento da construção da nova Basílica de Fátima, que exige um acrescido esforço financeiro, económico e de gestão, aconselhando à criação de uma estrutura empresarial ágil e dinâmica que assegure a diferenciação de funções, colaborando com o Município na prossecução dos objectivos delineados para a reabilitação daquela área crítica na Cidade de Fátima; -----

Considerando que é de todo o interesse para o Município de Ourém que este detenha o controlo da empresa tanto a nível de constituição, como ao nível das orientações e estratégias a serem prosseguidas; -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea l), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, da alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, aplicável pela força do n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 07 de Maio, a constituição da Empresa Municipal «SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M.», bem como a aprovação dos respectivos Estatutos, cujo texto se anexa; -----

2. Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal que a participação da Câmara Municipal de Ourém seja feita em 200.000,00 euros, em dinheiro, a subscrever no acto da constituição da Sociedade e 800.000,00 euros, a subscrever no prazo de dois anos, nos termos do artigo 8.º, da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEICÇÃO**, expôs o seguinte: “Todo o razoado expresso nesta certidão vem de encontro ao que já afirmei na última Assembleia – o caos urbanístico de Fátima é o espelho da gestão autárquica do P.S.D.. -----

Mas, como se costuma dizer, «do caos nasce a luz». -----

É tempo de Fátima não ser apenas luz espiritual para milhões de visitantes e milhares de residentes e população flutuante diária, mas também uma cidade modelo onde se respire harmonia, segurança, conforto, paz e beleza, onde haja vontade de voltar e de permanecer. ---

Contudo acho estranho que do ponto de vista regulamentar já se esteja a avançar com este documento sem se conhecer o parecer do Conselho de Ministros e não ter sido dada prioridade ao instrumento fundamental nesta situação – o Plano de Pormenor.” -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção. -----

----- De seguida, apresentaram a sua declaração de voto os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MANUEL XAVIER TEIXEIRA GUERRA**, a sua abstenção deve-se ao facto da escassez de tempo para proceder à análise da respectiva legislação e ainda porque discorda com o disposto na alínea a), do número três, do artigo quarto dos Estatutos. -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Votámos contra na sequência da posição já assumida na última reunião quanto aos fundamentos desta proposta. Temos muitas dúvidas quanto às reais intenções que se traduzem na pressa em aprovar a criação desta sociedade de reabilitação urbana sem obter previamente o parecer quanto à declaração de área crítica. -----

Confiamos ainda na elaboração de planos de pormenor devidamente acompanhados pela população em geral e pelos órgãos autárquicos. Confiamos menos na criação de empresas municipais que escapam com mais facilidade ao controlo público.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.13 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2004», NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º2, DO ART.º64º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º2, DO ART.º53º DO MESMO DIPLOMA LEGAL – (GRELHA B). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil duzentos e setenta e sete, datado de doze de Abril, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a onze de Abril, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo,

nos termos legais referidos em epígrafe, a apreciação e votação dos documentos acima citados. -----

----- Foi ainda remetida cópia dos referidos documentos, os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os membros deste órgão deliberativo – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- A fim de facultar ao plenário um conhecimento mais pormenorizado e resumido relativamente à matéria em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (**vide processo devidamente arquivado**) – a qual foi comentada de forma clara e concisa pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma como foi exposta a matéria, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **MARIA NATÁLIA OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS**, apresentou o seguinte documento:

“1ª observação – a documentação distribuída revela maior cuidado em dar a conhecer a actividade do Município bem como apresenta uma melhor caracterização do meio envolvente e da conjuntura. -----

Contudo, gostaria de colocar algumas questões -----

1ª - Conta Fornecedores -----

- Fornecedores C/C -----

- Fornecedores facturas em recepção e conferência – cresceu 4.386% ou seja 44 vezes -----

Nestes dois itens verificou-se um crescimento de 2 milhões de euros em 2004 quando em 2003 era 1,5 milhões de euros o que significa que cresceu 33,5% (1/3) -----

- Fornecedores Imobilizado C/C aumentou 158% -----

- Fornecedores Imobilizado Facturas em recepção e conferência é igual a 1.600 mil euros de aumento, ou seja, sete milhões e meio (7,5 milhões) a conta de Fornecedores de Imobilizado. -

Na pág. 119 do Relatório de Gestão pode ler-se «o prazo médio de pagamentos a Fornecedores c/c aumentou 20 dias no decurso do ano de 2004» - 109 dias (3,5 meses) -----

Nas pág. 169 a 197 do Documento de Prestação de Contas verificamos que muitas empresas fornecedoras são do concelho de Ourém e são pequenas e médias empresas. -----

Estas empresas têm fundo de maneio que lhes permite esperar tão longo período de tempo (mais 3,5 meses) pela liquidação das suas facturas? Ou será que o Município está a contribuir para aumentar as dificuldades dessas empresas em fazer face ao pagamento de salários, Segurança Social, impostos, etc.? -----

Na pág. 138 do Relatório de Gestão pode ler-se que o total de dívidas a terceiros é de 27,4 milhões de euros verificando-se um aumento de 27% em relação ao ano de 2003. -----

Capacidade de endividamento utilizada **94,72%** -----

Análise económica -----

Todos os indicadores pioraram em relação ao ano de 2003, com excepção do prazo médio de cobrança a clientes. -----

Análise financeira -----

Rendibilidade financeira passou de 47,13% para 18,63% -----

Fundo de maneio – agravou-se 293% (pág. 132) do Relatório de Gestão -----

Como é possível fazer face ao exigível a curto prazo? Com um fundo de maneio de 9 milhões de 600 mil euros? -----

Cash Flow diminui de 2003 para 2004 -----

Liquidez deteriorou-se -----

Capacidade de endividamento – subavaliada -----

Lê-se nas notas ao balanço e demonstração de resultados: pág. 122 do Relatório da Prestação de Contas: «... bens de imobilizado ainda não inventariados, ... bem como à inexistência de um código que permita a elaboração de reavaliações, deriva um valor apurado de amortizações, inferior ao valor real, facto que vem influenciar directamente a proporção do Resultado Líquido do Exercício, obtido, sob o volume do resultado operacional verificado».” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “O ano de 2004 fica

marcado por um assinalável volume de investimento no município de Ourém, o qual ascendeu a um valor superior a 19 milhões de euros. -----

Este esforço financeiro torna-se bem visível nos inúmeros projectos realizados ou em curso, entre os quais se destacam o novo Mercado Municipal, o Parque Linear, o Edifício Multiusos de Freixianda, o Pavilhão Gimno-desportivo do Caneiro, a Recuperação da Casa dos Magistrados, as intervenções Urbcom de Ourém e Fátima, o Estádio Municipal de Fátima e as redes de saneamento das bacias de Seiça e Alburitel. -----

Neste contexto, saliente-se que os objectivos prioritários foram: -----

- A defesa do meio ambiente; -----
- Saneamento e salubridade -----
- Cultura, Desporto e Tempos Livres. -----

Importa mencionar que relativamente ao volume de investimento realizado, cerca de 20%, foi financiado com recurso a poupança corrente a qual se cifrou num valor superior a 2,5 milhões de euros. -----

Uma referência de sobeja importância é o aumento significativo dos apoios concedidos às freguesias, que relativamente ao ano de 2003 cresceu 51%, mantendo-se ainda um significativo apoio concedido à associações do concelho, reconhecendo-se nestas um contributo e fundamental papel, no desenvolvimento social, cultural e desportivo deste concelho. -----

Será digno de realce a prossecução dos objectivos pré-definidos nos documentos previsionais, bem patente no grau de execução orçamental das despesas, que na óptica das realizações atingiu o **valor histórico de 95,8%**. -----

Pelos motivos apontados, congratula-se o grupo do PSD com o desempenho demonstrado no documento em apreço, pelo que entende votar favoravelmente os documentos de prestação de contas relativos ao ano económico de 2004.” -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco votos contra. -----

----- De seguida, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, o membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, apresentou a seguinte declaração de voto: “Apesar de reconhecermos no Relatório de Gestão que nos é apresentado uma maior preocupação na informação sobre a actividade desenvolvida pelo Município, temos sérias dúvidas que os documentos traduzam a realidade económico-financeira da Autarquia. -----

Preocupa-nos muito seriamente os valores de endividamento atingidos, notar que a capacidade de endividamento da Câmara se esgotou, o total das dívidas a terceiros é de 27,4 milhões de euros, tendo aumentado no último ano 27%. -----

Preocupa-nos ainda a situação de não inventariação dos bens do Município que como é dito nas notas ao balanço e à demonstração de resultados, influencia directamente a proporção do resultado líquido do exercício obtido, o que nos leva a crer que o resultado seria outro, e bem mais desastroso, se se encontrassem contabilizados todos os bens de imobilizado e as respectivas amortizações. -----

Queremos salientar ainda a nossa preocupação quanto à evolução de conta fornecedores tendo em atenção que grande número de empresas que prestam serviços e fornecem materiais ao Município são pequenas e médias empresas sediadas no Concelho e que por via do atraso nos pagamentos (prazo médio de pagamento 109 dias) pode gerar estrangulamentos nessas mesmas empresas.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.14 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se tendo porém verificado qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO